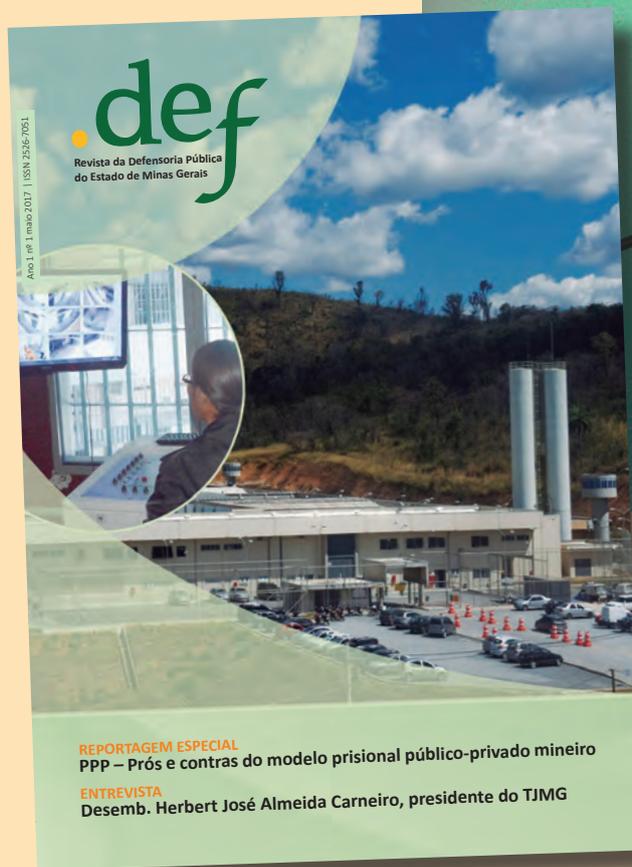


## Defensoria Pública de Minas Gerais lança a revista .def



*“Que seja um instrumento de estímulo ao debate intra e interinstitucional e que promova o diálogo de atores das mais diversas áreas do conhecimento e da prática jurídica, sempre com o objetivo de defender os direitos daqueles que mais precisam”.*



## MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



### Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Nossa Instituição lançou, no dia 27 de junho, a primeira edição da .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Confira nesta edição do Boletim o evento de lançamento desta importante publicação, que busca promover a análise crítica e a veiculação de diferentes pontos de vista sobre temas que, direta ou indiretamente, possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de cidadãos e grupos sociais, o que constitui missão precípua da Defensoria Pública.

Outro expressivo avanço foi a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do projeto de Lei 4.048/17, de minha autoria, que institui as carreiras de técnico e de analista da Defensoria Pública de Minas Gerais. O projeto segue, agora, para a análise de 1º turno na Comissão de Administração Pública.

No campo das atuações, destacam-se a promoção, pela DPMG, de casamento comunitário para 1000 casais dia 23 de junho no ginásio mineirinho (confira os detalhes na edição especial do Boletim da Defensoria-Geral nº 62); a participação em audiências públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte e, ainda, na reunião que discutiu soluções para minimizar o déficit de vagas para crianças em creches municipais de Uberlândia. Outros destaques foram o êxito em liminar que suspendeu notificação de despejo enviada pela prefeitura de Belo Horizonte a famílias que vivem no Abrigo Granja de Freitas, a sustentação oral na 7ª Câmara Cível do TJMG e o ajuizamento de Ação Coletiva de Consumo contra instituição financeira em face de práticas reiteradas de renovações unilaterais de empréstimos consignados feitos por aposentados e pensionistas. Além da DPMG, a ação tem como coautores o Procon municipal e

o Instituto Defesa Coletiva. Ressalto, ainda, a recomendação expedida pela Defensoria Pública em Ribeirão das Neves para o fim da revista vexatória nas unidades penitenciárias da comarca e a atuação da Defensoria Pública Itinerante em São João da Glória.

Na seara das relações interinstitucionais, participei de solenidade de posse de magistrados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), fiz uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG) e recebi, no Gabinete da Defensoria-Geral, o procurador-geral de Justiça, além do defensor-geral e o subdefensor-geral de Pernambuco. A Defensoria Pública participou, ainda, de reunião do Condege, da cerimônia que marcou o término da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) em Ipatinga e em Unaí, da inauguração do CEJUSC em Pirapora e da abertura do Ple em Leopoldina.

Ressalto também, as reuniões com representantes da Advocacia Geral do Estado e de Nova Serrana; além das reuniões com os coordenadores da Regional Triângulo II e Local em Uberlândia e com os defensores públicos da Regional Mata I, onde estive dia 29 para reunião institucional.

Tive a honra de ser agraciada com a Comenda Carlos Drummond de Andrade, concedida pela Academia de Letras, Artes e Cultura do Brasil – ALB/ Seção Minas Gerais, e com a Medalha do mérito “Tenente-Coronel João Batista de Assis”, outorgada pela União dos Militares do Estado de Minas Gerais. Em Ubá, a coordenadora Local foi homenageada com o troféu “Sentinela da Zona da Mata”.

No âmbito das capacitações, confira o Fórum Justiça Restaurativa realizado em Juiz de Fora; as palestras ministradas em João Monlevade, Cássia, Porto Alegre, no Encontro Mineiro de Estudantes de Direito e no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, em Belo Horizonte; além das edições do Projeto “Sala de Espera”.

Fique por dentro da aprovação, pelo Conselho Superior, de deliberação que dispõe sobre a atuação prioritária da Defensoria Pública na área da Infância e Juventude e das informações sobre a abertura de inscrições, pelo Condege, para apresentação de propostas de enunciados sobre o procedimento das ações possessórias.

Acompanhe também as visitas ao Gabinete, as presenças da DPMG na mídia, a apresentação de artigo de defensor público em encontro internacional do Conpedi e a participação de defensora pública em atuação na VEC em entrevista realizada pelas detentas da Penitenciária Feminina Estevão Pinto. Finalizo minha mensagem, informando que estão abertas as inscrições para o Mutirão para propositura de ações de retificação de nome para pessoas transexuais e travestis, que será promovido pela DPDH, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia, no dia 26 de julho.

Um abraço a todos e boa leitura!

**Christiane Neves Procópio Malard**  
Defensora pública-geral

## DPMG lança a *.def* – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

*A Defensoria Pública de Minas Gerais, com o apoio da Escola Superior (Esdep), lançou a primeira edição da .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.*

*Com a presença de várias autoridades, defensores públicos e servidores, o evento de lançamento foi realizado no dia 27 de junho, na sede I da DPMG na Capital.*

O assessor Institucional da Defensoria-Geral e editor da publicação, Pericles Batista da Silva, destacou que a Defensoria Pública cresce e se consolida, com a contribuição de cada administração, e que o projeto da revista foi iniciado na atual gestão, a partir do propósito da defensoria pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard.

Pericles Batista salientou que a proposta da Revista da Defensoria é “trazer conteúdo de qualidade, que possa ser veiculado para distribuir conhecimento jurídico e uma análise crítica dos fatos, mas com o viés garantista, pois somos Defensoria Pública”. Segundo o editor, “a ideia é condensar e compilar a experiência dos defensores públicos, transformando-a em artigos, reportagens e entrevistas, e distribuir a publicação para os agentes públicos e privados e pessoas que, de alguma forma, têm poder de decisão sobre questões relacionadas ao nosso assistido. Porque, no final, qualquer providência, ação ou projeto da Defensoria Pública, só tem razão de ser se, de alguma forma, beneficiar o nosso assistido”. Pericles Batista salientou, ainda, que ao difundir conhecimento e trazer o diálogo entre várias teses e ideias, a revista irá contribuir para o aprimoramento do trabalho dos defensores públicos.

Sobre o nome da publicação, o editor explicou que *.def* remete à modernidade da linguagem da internet e à autonomia da Defensoria Pública. “Nossa página na internet era *.gov* e agora é *.def*, pois, somos estado, mas não somos governo”.

Pericles Batista agradeceu à DPG Christiane Malard, ao Conselho Editorial da revista, aos autores dos arti-



**Editor da publicação, Pericles Batista**

gos, aos colegas defensores públicos e à Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública.

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, destacou a importância da permanente busca pelo conhecimento, citando como exemplo as Câmaras de Estudo da Defensoria Pública, e enfatizou que a revista, além da publicação de artigos jurídicos, apresenta também conteúdo jornalístico de qualidade e a perspectiva dos principais atores do cenário jurídico. “Temos certeza que a publicação será um importante instrumento na difusão do conhecimento jurídico de viés garantista, tanto para o público interno, como para importantes agentes públicos e políticos, em todas as esferas de poder que, diariamente, tomam decisões que afetam a parcela mais necessitada do povo brasileiro”, afirmou.

*continua >>*



**Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard**

Continuação

**DPMG lança a .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**



A DPG afirmou que a educação em direitos, difusão de conhecimento e o fomento ao debate democrático também são missão da Defensoria Pública. “Que seja um instrumento de estímulo ao debate intra e interinstitucional e que promova o diálogo de atores das mais diversas áreas do conhecimento e da prática jurídica, sempre com o objetivo de defender os direitos daqueles que mais precisam”.

Christiane Malard parabenizou a “todos os que contribuíram, com empenho e dedicação, para a concretização de mais esse projeto da Defensoria Pública. É essa dedicação que nos anima a continuar vencendo os desafios para fazer uma DPMG melhor e mais apta a cumprir o seu múnus constitucional de assistência integral aos necessitados”, finalizou.

O deputado estadual Isauro Calais parabenizou os responsáveis pela revista, cumprimentou e agradeceu à defensora-geral, Christiane Malard, “pelo que vem fazendo pela Defensoria Pública”. O parlamentar expressou seu orgulho de pertencer à DPMG há mais de 29 anos e destacou as conquistas que foram alcançadas “paulatinamente, com muita luta de todos os que passaram e os que estão na Instituição”.

Isauro Calais afirmou que a revista será muito importante, não apenas para a valorização dos defensores públicos, mas também para o meio acadêmico e os profissionais do Direito. O deputado destacou que a Defensoria é fundamental para o acesso do carente à justiça e para o estado de Minas Gerais e declarou sentir-se “muito feliz por ser porta-voz, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, da Defensoria Pública”.

A secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira, manifestou sua admiração pela DPG Christiane Malard, “por sua gestão proativa e alvissareira e pelas empreitadas que sempre



**Deputado estadual Isauro Calais**



**Secretária adjunta de Casa Civil, Mariah Brochado**

alavancam a Defensoria Pública, não apenas como uma Instituição que opera o Direito, mas que também, tem visão e percepção de norte, de inspiração acadêmica, dialógica, democrática e inclusiva”.

continua >>

Continuação

### **DPMG lança a .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**

A secretária destacou que quando uma “instituição, com o “peso e a envergadura da Defensoria Pública, funda uma escola e, na sequência, lança uma revista, ela prova que está em pé de igualdade com as outras em Minas Gerais e no Brasil”. Mariah Brochado afirmou que o governador Fernando Pimentel compartilha dos ideais da Defensoria Pública, não apenas pela sua formação, mas também pela proposta de governo. Ao mencionar a citação “O ser humano pode até ter os pés plantados na lama, mas o olhar tem que ser dirigido ao céu”, a secretária enfatizou que a Defensoria Pública, “entre todas as carreiras jurídicas, é a que tem o olhar mais dirigido ao céu”.

### **Presenças**

Também prestigiaram o evento o secretário adjunto da Secretaria de Administração Prisional, Marcelo José Gonçalves da Costa, representando o secretário Francisco Kupidowski; subsecretária de Humanização do Atendimento da Seap, Emília Castilho; secretário de Estado Adjunto de Segurança Pública, Ailton Lacerda, representando o secretário Sérgio Barboza Menezes; ouvidor do sistema penitenciário, Rodrigo Xavier da Silva; assessor da ALMG, Bruno Amorim; diretor tesoureiro adjunto da OAB/MG, Adriano Cardoso Silva, representando o presidente, Antônio Fabrício Gonçalves; major Peron Batista da Silva, representando o chefe o Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, cel. Edgar Es-

tevo; coordenador de pós-graduação, ensino e pesquisa, Evandro Martins Guerra, representando o presidente do TCEMG, Cláudio Terrão; superintendente do Ministério do Trabalho em Minas Gerais, João Carlos Gontijo; representante do deputado estadual Antônio Jorge, Ricardo Assis; vereador Edmar Branco; assessor parlamentar Décio Guimarães Júnior, representando o vereador Flávio Estevão dos Santos; jornalista Lu Pereira, representando o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda; corregedor-geral da Polícia Civil, Gustavo Adélio Lara Ferreira, representando o chefe da Polícia Civil, João Otacílio da Silva Neto; assessor de relações institucionais, cel. Eduardo César Reis, representando a União dos Militares de Minas Gerais; ten. cel. Hélio Hiroshi, representando a Polícia Militar de Minas Gerais; advogado Leonardo Salles; chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. PM Westerson Guimarães; presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso; defensores públicos federais, Francisco Nóbrega e Estêvão Ferreira Couto; defensores públicos do Espírito Santo, Mariana Andrade Sobral e Rafael Melo Portela Campos; por representantes da presidência da MGS; além dos membros da Casa, subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; do corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; da diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão; e de assessores da Defensoria-Geral, coordenadores, defensores públicos e servidores.

*continua >>*



**Cerca de 80 pessoas compareceram ao lançamento**



Continuação

**DPMG lança a .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**



Assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis; chefe de gabinete, Luciana Leão Lara Luce; assessor Institucional e editor da revista, Pericles Batista da Silva; diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão; deputado estadual Isauro Calais; defensora-geral, Christiane Malard; secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira; subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; e o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares



DPG Christiane Malard, acompanhada pelo secretário adjunto da Secretaria de Administração Prisional, Marcelo José Gonçalves da Costa



DPG Christiane Malard, acompanhada pelo assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano, e pelos membros do Conselho Editorial da revista, Renata Barros e Bruno Amorim

[Clique aqui para ver mais fotos](#)



## **.def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**

Com periodicidade semestral, a publicação busca promover a análise crítica e a veiculação de diferentes pontos de vista sobre temas que, direta ou indiretamente, possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de cidadãos e grupos sociais, o que constitui missão precípua da Defensoria Pública.

A primeira edição traz entrevista com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a reportagem especial “PPP-Prós e contras do modelo prisional público-privado mineiro”, além de artigos jurídicos produzidos por defensores públicos do Estado de Minas Gerais integrantes das Câmaras de Estudos da Instituição. A partir da segunda edição, será aberto edital para participação dos demais membros da Casa e autores externos.





## Defensora-geral reúne-se com defensores públicos da Regional Mata I

*A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se, para tratar de assuntos institucionais, com defensores públicos em atuação nas comarcas de Barbacena, Guarani, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Rio Preto e São João Nepomuceno, integrantes da regional Mata I, no dia 29.06.2017. Os encontros aconteceram em Juiz de Fora e Barbacena.*

Os encontros aconteceram em Juiz de Fora e Barbacena. A defensora-geral estava acompanhada dos assessores Institucionais Nikolas Stefany de Macedo Katopodis e Gério Patrocínio, de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, e do chefe do Centro de Segurança Institucional, Ten. Cel. Westerson Guimarães Pinto.

Na oportunidade, Christiane Malard fez um histórico da evolução do orçamento nos últimos anos e do impacto da crise orçamentário-financeira do Estado sobre os poderes e instituições autônomas. Destacou, também, as negociações feitas com o governo estadual em torno do orçamento da Defensoria Pública, o que tem permitido o planejamento e incremento das ações da Instituição.



**Defensora pública-geral, Christiane Malard, coordenadora da regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia e coordenador local em Juiz de Fora, Hermann Mosqueira**

*continua >>*



**Defensora pública-geral, Christiane Malard, acompanhada dos assessores Institucionais Nikolas Katopodis e Gério Patrocínio, do assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael Lins, do assessor Militar, cel. Westerson, e os defensores públicos em atuação na Regional Mata I: Ana Lúcia Gouveia Leite (coordenadora regional), Hermann Mosqueira Furtado de Mendonça (coordenador local em Juiz de Fora), Ruth Helena de Abreu Alvim (Guarani), Bernardo Gomes de Freitas, Renata da Cunha Martins (São João Nepomuceno), Maria Flávia Prado Villar, Maria Luísa Pereira Gomide, Ana Paula Távora Neves, Cynthia Cazarim Vieira Braga, Rachel Tolomelli Campos, Ruben Resende Soares de Oliveira, Gilmara Andrade dos Santos Maciel, Ricardo Ribeiro Paulino, Mário César da Silva Carneiro, Maycon Marques Lacerda, Adriana Patrícia Campos Pereira (Juiz de Fora), Anderson Almeida Duque (Rio Preto) e Lísia Cordeiro de Aquino Junqueira (Matias Barbosa)**



Continuação

**DPMG lança a .def – Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**



Reunião entre a Defensoria-Geral e defensores da Regional Mata I

A defensora-geral apontou os avanços conquistados com a aprovação da LC 141/16, tanto para a DPMG quanto para os defensores públicos. Destacou que o conceito de remuneração é amplo e engloba parcelas além do subsídio, anotando que estas estão sendo implementadas pela Defensoria-Geral. Registrou, inclusive, que já trabalha nas negociações para o orçamento de 2018.

A aprovação do projeto de Lei 4.048/17, de autoria da defensora pública-geral, que institui as carreiras de técnico e de analista da DPMG, também

foi abordada por Christiane Malard, que destacou o discurso do líder do governo e relator do projeto de lei na CCJ, deputado Durval Ângelo, ao observar a importância da Defensoria Pública para os cidadãos mineiros. O apoio do deputado Isauro Calais e dos demais membros da CCJ da ALMG também foi ressaltado pela defensora-geral.

A representação da Defensoria Pública de Minas Gerais em Brasília, a recente criação da Escola Superior e o lançamento revista .def também foram abordados nos dois encontros.



Sidnei Henrique da Silva, Álvaro Lima Guimarães da Costa, defensora pública-geral, Christiane Malard, Cássia Rejane Chiericato, assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael Lins, assessores Institucionais Nikolas Katopodis e Gério Patrocínio, assessor Militar, cel. Westerson e o servidor Manuel de Carvalho Caldas, em Barbacena

## Projeto de carreiras na DPMG recebe aprovação da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG

*Na manhã do dia 28.06.2017, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhou a reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa que aprovou o projeto de Lei 4.048/17, de autoria da defensora pública-geral, que institui as carreiras de técnico e de analista da Defensoria Pública de Minas Gerais.*



(esquerda) Juarez Pessoa; deputado Roberto Andrade; João Batista da Silva; Bruno Lombardi; deputado Isauro Calais; defensora-geral, Christiane Malard; Romero Carvalho Júnior e Lúcio Andrade (ao fundo); deputado Hely Tarquínio; coordenador Local da DPMG em Uberlândia, Clayton Barbosa; assessora Institucional Diana Camargos; deputado Bonifácio Mourão, assessor Jurídico-Institucional Cláudio Pagano; coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves; assessor Institucional Gério Patrocínio Soares; e presidente da Asamdep-MG, Hilton Santa Bárbara

O projeto foi aprovado pela comissão, acrescido de uma emenda parlamentar, proposta pelo líder do governo na ALMG, deputado Durval Ângelo, relator do PL na CCJ. De acordo com a emenda, poderá ser concedida ao servidor da Defensoria Pública, mediante autorização do defensor público-geral, licença em caráter especial para exercício de cargo em diretoria de entidade representativa da categoria.

A defensora-geral estava acompanhada dos assessores Institucionais Diana de Lima Prata Camargos e Gério Patrocínio Soares, e do assessor Jurídico-Institucional Claudio Miranda Pagano.

Presentes, também, à reunião, os coordenadores Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves de Cunha e local em Uberlândia, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; o presidente da Associação dos Servidores da Atividade Meio da DPMG (Asamdep-MG), Hilton de Assis Santa Bárbara, o servidor Lúcio Andrade e os aposentados Juarez Pessoa de Medeiros, João Batista da Silva, Romero Carvalho Júnior e Bruno Lombardi.

*continua >>*



**Defensora-geral Christiane Malard, acompanhada dos deputados Isauro Calais e Durval Ângelo, relator do PL 4.048/17**



Continuação

### Projeto de carreiras na DPMG recebe aprovação da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG

A proposição institui o plano de carreira dos servidores da Defensoria, com a transformação dos cargos de assistente administrativo e de gestor em técnico (nível médio) e analista (nível superior), bem como na criação

de quadro próprio de cargos comissionados e de funções de confiança.

O PL 4.048/17 segue, agora, para a análise de 1º turno na Comissão de Administração Pública.

Com informações da ALMG



**Defensora pública-geral, juntamente com assessores da Defensoria-Geral, defensores públicos, servidores da DPMG e aposentados, acompanhou a votação do PL 4.048/17, que institui as carreiras de técnico e analista da Defensoria Pública, na Comissão de Constituição e Justiça da ALMG**

## Defensora-geral faz visita de cortesia ao presidente do TCEMG

Na manhã do dia 22 de junho, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada pelo subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e pelo assessor Institucional,

defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis, compareceu ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), para uma visita de cortesia ao presidente Cláudio Terrão.





## Defensoria Pública participa de posse de magistrados do TRE-MG

*A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o assessor institucional, Gério Patrocínio Soares, participaram, no dia 23 de junho, da solenidade de posse do desembargador José Edgard Penna Amorim, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Na mesma solenidade, foi empossado o desembargador Pedro Bernardes de Oliveira, como vice-presidente e corregedor do órgão.*



**Defensora pública-geral, Christiane Malard, no dispositivo de autoridades, durante a solenidade de posse do presidente do TRE-MG**

A solenidade aconteceu no Fórum Lafayette e foi presidida pelo desembargador Geraldo Domingos Coelho, que deixa a presidência do Tribunal, após um mandato de dois anos.

Presentes, ainda, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Herbert Carneiro; o advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior, representando o governador do Estado,

Fernando Pimentel; o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalcleber Lopes; o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, desembargador Carlos Levenhagen; além de representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, magistrados, servidores do TRE-MG, familiares e amigos dos empossandos.

*Com informações do TJMG*

*continua >>*



**Defensora-geral, Christiane Malard e o presidente empossado do TRE-MG, desembargador José Edgard Penna Amorim**



**Christiane Malard e o desembargador Geraldo Domingos Coelho, que encerrou o biênio à frente do TRE-MG**



Continuação

**Defensoria Pública participa de posse de magistrados do TRE-MG**



Advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior, representando o Governador; assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares; jornalista João Carlos Amaral; defensora-geral, Christiane Malard; desembargador Otávio de Abreu Portes; presidente da ALMG, deputado Adalcleber Lopes; e presidente TJMG, desembargador Herbert Carneiro

## Defensora-geral recebe visita de cortesia do procurador-geral de Justiça

Dia 20.06.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete o procurador-geral de Justiça, Sérgio Tonet, para uma visita de cortesia, oportunidade em que trataram também assuntos de interesse interinstitucional.

Participaram também do encontro, o subdefensor

público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; os assessores Institucionais, Nikolas S. Macedo Katopodis e Gério Patrocínio Soares; o coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo; e o chefe de gabinete do Ministério Público de Minas Gerais, Edson Ribeiro Baeta.



Os assessores Institucionais, Nikolas S. Macedo Katopodis e Gério Patrocínio Soares; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; o procurador-geral de Justiça, Sérgio Tonet; o chefe de gabinete do Ministério Público de Minas Gerais, Edson Ribeiro Baeta; e coordenador Regional da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo



## DPG recebe visita de cortesia do defensor-geral e do subdefensor de Pernambuco

No dia 28.06.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, o defensor-geral da Defensoria Pública de Pernambuco, Manoel Jerônimo de Melo Neto, acompanhado do subdefensor de Causas Coletivas, Henrique Seixas.

Na oportunidade em que trataram de assuntos de interesse institucional. Participou também do encontro o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima.

### Apresentação

No dia 29 de junho, a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara Luce, a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, e a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão, apresentaram o funcionamento do Atendimento em Belo Horizonte para o defensor-geral de Pernambuco e o subdefensor de Causas Coletivas. Participou também do encontro o coordenador Local em Betim, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, que expôs a estrutura da Instituição naquela comarca.



O subdefensor, Henrique Seixas; o defensor-geral Manoel Jerônimo de Melo, a defensora-geral, Christiane Malard e o subdefensor, Wagner Geraldo Lima

## Defensoria Pública reúne-se com representantes da Advocacia Geral do Estado

No dia 22 de junho, a chefe de gabinete da Defensoria Pública-Geral, Luciana Leão Lara Luce, a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, o assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano, e o coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, reuniram-se com o advogado-geral adjunto do

Estado de Minas Gerais, Marcelo Pádua Cavalcanti, e o procurador-chefe da 1ª Procuradoria de Dívida Ativa, Paulo Fernando Cardoso Dias.

Durante a reunião, que aconteceu na sede I da Defensoria Pública na Capital, foram abordados temas interinstitucionais.



O coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa; a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; o assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano; a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara Luce; o advogado-geral adjunto do Estado de Minas Gerais, Marcelo Pádua Cavalcanti; e o procurador-chefe da 1ª Procuradoria de Dívida Ativa, Paulo Fernando Cardoso Dias





## Defensoria Pública de Minas Gerais participa de reunião do Condege

*No dia 26 de junho, a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis, na VI Reunião Ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege).*



O encontro aconteceu na sede da Defensoria Pública da União (DPU), em Brasília, e prosseguiu no dia 27.06.

As demandas do Disque 100 foram um dos assuntos abordados pelo presidente do Condege, defensor-geral da Bahia, Clériston Cavalcante. O Disque Direitos Humanos – Disque 100 é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) vinculado à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que recebe demandas relativas a violações de Direitos Humanos.

O Condege e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos têm termo de cooperação entre as duas instituições com objetivo de criar soluções para essas necessidades.

A aplicação do projeto “Defensoria Sem Fronteiras” nos estados de Rondônia e de Roraima e o VI Congresso Nacional dos Defensores Públicos da Infância e Juventude, que será realizado entre os dias 16 e 18 de agosto, em Salvador (BA), são outros temas que estão na pauta de debates.

Além dos defensores-gerais e representantes das Defensorias Estaduais, participam da reunião o defensor público-geral federal, Carlos Eduardo; a presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos



**O assessor Institucional, Nikolas Katopodis, representou a defensora-geral, Christiane Malard**

Federais (Anadef), Michelle Leite; o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Antônio Maffezoli; a vice-presidente da Anadep, Thaisa Oliveira.

*Com informações da DP/DF*



## Ações em destaque

# Defensoria Pública participa de audiência pública sobre Plano Estadual das Juventudes na ALMG

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, participou de audiência pública na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 27.06.2017, que discutiu a importância da aprovação de um Plano Estadual das Juventudes.

Durante o encontro, a comissão organizadora do Fórum Técnico Jovens nas Gerais – Construindo o Plano Estadual das Juventudes, entregou à Comissão um documento com as demandas da juventude. O texto enfatiza a necessidade de um plano que contemple a pluralidade desse público; que represente o jovem urbano e todas as contradições sociais dos grandes centros; que atenda o jovem rural, invisível e sem acesso a direitos básicos; e que seja discutido em todo o Estado.

Wellerson Corrêa enfatizou a necessidade de interiorização do plano. Lembrou que o planejamento do

O defensor público Wellerson Corrêa



fórum se deu num contexto de discussões sobre a redução da maioria penal, de ocupação das escolas. “A Capital é apenas um eco da tradição libertária e democrática de Minas”, ressaltou, fazendo coro à interiorização das discussões.

Com informações da ALMG

# Caso Eugênio Fiúza será julgado no dia 04 de julho

*Após defesa apresentada pela DPMG, relator pede vista do processo*

A 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) julgará, no dia 4 de julho, os agravos de instrumento interpostos pelo Estado de Minas Gerais visando retirar ou reduzir a pensão mensal, fixada, liminarmente em cinco salários mínimos, em favor de Eugênio Fiúza, para dois salários mínimos.

Na sessão de julgamento do dia 27.06.2017, após a sustentação oral proferida pela defensora pública Andréa Abritta Garzon, o desembargador relator, Wilson Benevides, pediu vista do processo.



A defensora pública Andréa Abritta Garzon

Eugênio Fiúza, assistido pela Defensoria Pública, foi preso em 1995, depois de ser identificado na rua por uma vítima como autor de estupro. Reconhecido por mais oito vítimas, foi condenado a 37 anos de prisão em cinco processos criminais. O caso só começou a ser esclarecido em 2012, quando Pedro Meyer Ferreira Guimarães, o verdadeiro "maníaco do Anchieta", autor dos crimes, foi reconhecido por diversas vítimas, inclusive as que, anteriormente, haviam identificado Eugênio Fiúza como autor dos delitos.

A Defensoria Pública entrou com cinco revisões criminais e logrou êxito em absolver Eugênio pela prática dos estupros, ajuizando, ainda, ação de indenização por danos material, moral e existencial, na qual postulou indenização de R\$ 3 milhões e pensão alimentícia.

De acordo com a defensora pública Andréa Abritta, “Eugênio, hoje com 66 anos, após mais de 20 anos de prisão injusta, caso a pensão seja reduzida, mesmo em liberdade, continuará preso a uma vida miserável e sem perspectivas, ou seja, eternamente vítima de um erro judiciário. Na verdade, cinco salários, comparados a tudo que Eugênio deixou de viver, são absolutamente módicos e incapazes de reparar o sofrimento físico e psicológico vividos por esse homem”, ressaltou.

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

## Defensoria Pública em Cássia realiza atividades voltadas para a prevenção da violência no ambiente escolar

A defensora pública Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, coordenadora Local da Defensoria Pública em Cássia, participou, no dia 27 de junho, como jurada, do concurso de redações e desenhos promovido pela Escola Estadual Melo Viana no município. A iniciativa foi organizada pela Igreja Batista de Cássia, dentro do projeto “Viver, por uma vida sem drogas”.

“Ações como estas são apenas a semente – disse a defensora pública – cabendo a cada um de nós cuidar para que ela germine e dê flores e frutos, pois só assim

mudaremos a realidade social, livrando a juventude das drogas e transmitindo às próximas gerações lições duramente aprendidas”. A redação vencedora foi escrita por uma aluna que já enfrentou problemas familiares relacionados à droga.

Na mesma data, a defensora pública Ariadne Ramos participou de reunião na escola com professores, Conselho tutelar e outros representantes do poder público e sociedade, a fim de buscar soluções e propor ações para melhorar o ambiente escolar.

Durante a premiação, os alunos da Escola Melo Viana realizaram apresentações musicais e teatrais



### Palestras

Ainda em junho, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos e a gestora da Defensoria Pública Selma Carmozine ministraram palestras com o tema “Violência, drogas e violência sexual no ambiente escolar” e desenvolveram, de forma simplificada, dinâmicas propostas pelo projeto Mesc – Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar para mais de 1.600 alunas das Escolas Estaduais Melo Viana e São Gabriel.

As palestras integraram as atividades realizadas dentro do projeto de mediação de conflitos na área escolar,

sendo oferecidas, ainda, oficinas e dinâmicas, ministradas por profissionais de diversas áreas, como saúde, higiene, amor próprio, segurança pessoal e pública, disciplina, violência, drogas e abuso sexual no ambiente escolar.

Nas palestras, a equipe da Defensoria Pública abordou as causas e consequências da violência no ambiente escolar, apresentando os números relativos à violência, tendo em vista que tais atos podem caracterizar ato infracional. Ao início de cada abordagem, foi apresentada a Instituição e as atribuições do defensor público.

*continua >>*



Defensora pública Ariadne Ramos, gestora Selma Carmozine, estagiárias da Defensoria Pública, e a turma do ensino fundamental da Escola Estadual Melo Viana

Continuação

### **Defensoria Pública em Cássia realiza atividades voltadas para a prevenção da violência no ambiente escolar**

A defensora pública Ariadne Ramos explicou aos adolescentes como funciona a Justiça da Infância e Juventude e quais são as medidas socioeducativas, como são cumpridas, e em que casos são aplicadas. Outro tema abordado foi o uso de drogas no ambiente escolar, com apresentação de dados estatísticos. “Cerca de 32% dos adolescentes usam drogas no ambiente escolar, mas os próprios alunos revelaram que o número pode ser bem maior, devido à facilidade com que a droga entra na escola”.

De acordo com a avaliação da defensora pública, o trabalho realizado com os adolescentes foi muito produtivo, por conseguir estabelecer uma comunicação de não violência, “de prevenção às drogas e respeito às individualidades, por meio de uma cultura de valorização da escola e dos professores, reconhecendo neste ambiente o local adequado à germinação de uma nova sociedade, de pessoas esclarecidas de seus direitos e cientes de seus deveres”, concluiu.

#### **Audiência pública**

Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, participou, ainda, de audiência pública na Câmara Municipal de Passos para discutir a violência contra a mulher e a criação do Conselho da Mulher no município. No en-



**Defensora pública Ariadne Ramos, na Câmara municipal de Passos**

contro, a defensora pública falou sobre a Defensoria Pública e o seu papel na defesa da vítima de violência doméstica, enfatizando que a Lei Maria da Penha inclui a Defensoria Pública no sistema de defesa da mulher vítima de violência.

Ariadne Ramos ressaltou o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública em Cássia, que atua diretamente na defesa da vítima de violência doméstica, em razão da ausência de delegacia especializada, com o requerimento de medidas protetivas, participação em audiências, orientação à vítima, requerimento de alimentos e bloqueio de bens e valores, entre outras ações.

## **Defensoria Pública participa de audiência pública na Câmara Municipal que investiga irregularidades na empresa PBH Ativos**

*A defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou, no dia 26.06.2017, de audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte para apurar irregularidades na empresa PBH Ativos, vinculada à prefeitura da capital.*

Em sua explanação, a defensora pública prestou esclarecimentos sobre a Ação Civil Pública (ACP) de número 5169812-84.2016.8.13.0024, ajuizada pela DDPH por meio dos defensores públicos Cleide Nepomuceno e Vladimir Rodrigues questionando a legalidade do Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação firmado pelo Município de Belo Horizonte, Sudecap, Copasa e PBH Ativos que estabelece a concessão de serviços de água e esgoto na Capital à Copasa.

O Termo de Convênio estabelece que a Copasa faria transferência de recursos ao Município para serem investidos em saneamento básico por meio do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (Drenurbs).

FOTO ABRAÃO BRUCK-CMBH



**A defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno**

Continuação

**Defensoria Pública participa de audiência pública na Câmara Municipal que investiga irregularidades na empresa PBH Ativos**

De acordo com Cleide Nepomuceno, o objeto da ação é o 4º termo aditivo assinado entre as instituições e órgãos conveniados, ainda em 2012, que autorizou que os repasses da Copasa fossem depositados diretamente na conta da PBH Ativos. “A sociedade de economia mista, PBH Ativos, por sua própria natureza, visa o lucro. Não parece razoável que o Município invista no Programa Drenurbs, receba da Copasa o reembolso e utilize esse valor para investir na empresa que visa seu próprio lucro”, alertou a defensora pública.

“A DPDPH não vê nessa operação nenhuma finalidade pública a ser concretizada em favor do bem comum”, concluiu Nepomuceno, defendendo que o recurso deve permanecer vinculado às políticas de saneamento para não incorrer em desvio de finalidade. O pedido liminar, ainda não apreciado pelo juiz responsável, solicita a suspensão das transferências à PBH Ativos ou, ao menos, a interrupção do uso desses recursos para pagamento de parceiros privados alheios às políticas de saneamento básico.

Com informações da Câmara Municipal de Belo Horizonte

## DPMG promove o “Fórum de Estudos: Justiça Restaurativa convida ao diálogo social em Juiz de Fora”

*A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, Hellen Caires Teixeira Brandão, no Fórum de Estudos: Justiça Restaurativa convida ao diálogo social, realizado no dia 23 de junho, na Defensoria Pública em Juiz de Fora.*



A coordenadora Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvea Leite, a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira; Sônia Maria Giordano Costa; a juíza Maria Cecília Gollner Stephan; Moni- ca Mumme, e, de pé, a defensora pública Maria Aparecida Rocha de Paiva

Voltado para estudantes de direito, conselheiros tutelares e para quem trabalha com medidas socioeducativas o evento teve palestras da assistente social Ana Paula Silva, que falou sobre a Trajetória do Projeto Além da Culpa, e da diretora do Laboratório de Convivência, Mônica Mumme, que abordou a “Implantação, desenvolvimento e resultados” do programa.

Na abertura do encontro, a coordenadora do Projeto Além da Culpa – Justiça Restaurativa para Adolescentes, defensora pública Maria Aparecida Rocha de Paiva, destacou as parcerias com a 12ª Promotoria de Justiça e a Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora para o bom

desenvolvimento do programa, e homenageou a juíza Maria Cecília Gollner Stephan pelo apoio à implantação e continuidade do projeto.

Em sua palestra, a assistente social Ana Paula Silva, mostrou números do programa que, em três anos, atuou em 134 processos de verificação de ato infracional e 95 de execução de medida socioeducativa. No período, foram realizados 24 Fóruns de Estudos; capacitação de facilitadores; criada a Central de Práticas e a sala para os Círculos Restaurativos; além da realização do I Seminário em Justiça Restaurativa em Minas Gerais.

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

## Defensoria Pública participa de audiência pública para debater acolhimento compulsório de bebês

*O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, e as defensoras públicas da Infância e Juventude, Adriane Seixas, Tháisa Amaral Braga Falleiros e Daniele Belletato Nesrala, além da defensora Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, participaram de audiência pública na Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A audiência aconteceu dia 23.06.2017 para debater a prática do acolhimento compulsório de bebês em Belo Horizonte.*

FOTO: RICARDO BARBOSA/ALMG



**A partir da esquerda: Terezinha Lúcia de Avelar, membro da Rede de Enfrentamento de Violência Contra a Mulher; Eleusa Andrade Veiga, tesoureira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/BH); Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, coordenador da Defensoria Especializada da Infância e da Juventude; deputada estadual Marília Campos, vice-presidente da Comissão de Participação Popular da ALMG; defensora pública Daniele Belletato, em atuação na Infância e Juventude Cível; Taciana Malheiros Lima Carvalho, gerente de assistência à saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; e Wellington Amrem, presidente do Fórum de Conselho Tutelar**

A Portaria 3 da Vara Cível da Infância e Juventude de BH, de 2016, determinou que os profissionais de saúde e de instituições hospitalares que constatarem ou identificarem evidências de que os genitores e/ou crianças recém-nascidas se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco deverão comunicar o fato, em até 48 horas, à Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte.

Entretanto, a norma tem sido alvo de críticas, na medida em que o procedimento, que deveria ser a última medida cabível, tem se tornado praxe, já que a portaria determina que a não comunicação do fato pode ensejar responsabilidade criminal do profissional da saúde.

O defensor público da Infância e da Juventude, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, disse que a Defensoria Pública já apresentou medida para revogar a portaria, já que nela teriam sido constatadas ilegalidades e incongruências, que usurpam e invadem competências

de outros atores do sistema de garantia de direitos.

“O acolhimento é ato de competência judicial, mas só deve ser levada a efeito após o esgotamento da atuação do Conselho Tutelar. Cabe ao conselho ser a porta de entrada desse sistema de garantias e, no caso de violação de direitos e risco para a criança, agir na aplicação das medidas protetivas”, disse. Dessa forma, segundo ele, o encaminhamento ao judiciário deveria acontecer em último caso.

A defensora pública da Infância e Juventude, Danielle Belletato, também fez críticas ao abrigamento compulsório, que segundo ela retira a oportunidade de atuação da família e não dá direito de defesa aos pais. “As famílias não tiveram a oportunidade de serem família. Então, como chegamos à conclusão de que elas serão riscos para as crianças? Há um pré-julgamento”, disse.

continua &gt;&gt;

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública participa de audiência pública para debater acolhimento compulsório de bebês**

Segundo Danielle Belletato, um alto percentual de bebês abrigados vem diretamente das maternidades, o que significa que as mães nem puderam exercer a maternidade.

A defensora ainda criticou pontos da resposta enviada pelo juiz da Vara Cível da Infância e da Juventude, que afirmou que, no momento do abrigamento, os pais

são ouvidos e encaminhados à Defensoria. “Esse procedimento, embora previsto na portaria, nunca foi cumprido. A Defensoria nunca foi intimada para audiência para verificar a necessidade de abrigamento”, disse.

**Assista aqui a reportagem da TV Assembleia**

*Com informações da ALMG*

FOTO: RICARDO BARBOSA/ALMG



**Defensoras públicas Júnia Roman Carvalho, Thaísa Amaral Braga Falleiros e Adriane Seixas, (na mesa da esquerda, 3ª, 4ª e 5ª posição, respectivamente), durante audiência pública na ALMG**

## Defensoria Pública discute falta de vagas em creches municipais com a Secretária de Educação de Uberlândia

Com o objetivo de buscar soluções para minimizar o déficit de vagas para crianças de 0 a 3 anos em creches municipais em Uberlândia, no dia 20.06.2017, membros da Defensoria Pública local reuniram-se com a secretária Municipal de Educação, Célia Maria do Nascimento Tavares, com o objetivo de discutir alternativas para solucionar o problema.

Na reunião foi tratada a possibilidade de se utilizar um sistema de compra de vagas em Organizações Não-Governamentais (ONGs) ou escolas privadas, no qual a administração pública paga um valor e fiscaliza o atendimento, modelo já adotado em alguns países, como no Chile. Uma nova reunião será realizada em agosto para avaliar os desdobramentos da proposta, após avaliação pela Secretaria de Educação.

Em sua ação extrajudicial, a Defensoria Pública encaminha à Secretaria de Educação as demandas de mães que procuram atendimento em busca de vagas em creches. De acordo com o defensor público Clayton Rodrigues, o coordenador Local, “em Uberlândia, nascem entre 250 e 300 crianças por mês. Isto dá a dimensão do problema”, ressalta.

Participaram do encontro os defensores públicos Artur Ferreira de Castro, em atuação na área da Infância e Juventude. Fernando Orlan Pires Resende, em atuação na 2ª Vara de Família e membro do Conselho Superior da DPMG; o coordenador Regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha; e Clayton Rodrigues Sabino Barbosa.; o coordenador Local em Uberlândia.



**Reunião discutiu alternativas para solucionar falta de vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos em Uberlândia**



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

## Conselho Superior aprova deliberação sobre atuação prioritária da DPMG na área da Infância e Juventude

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais aprovou, por unanimidade, na reunião do dia 19.06.2017, deliberação que dispõe sobre a atuação prioritária da Defensoria Pública na área da Infância e Juventude e acrescenta parágrafo único ao art. 8º da Deliberação nº 15/2011.

A decisão atende proposta apresentada pela Câmara de Estudos da Infância e Juventude, em 26 de maio de 2017, acerca da prioridade absoluta da In-

fância e Juventude no âmbito da DPMG.

Para a defensora pública Daniele Bellettato Nesrala, em atuação na Defensoria Especializada na Infância e Juventude Cível da Capital, “a aprovação desta deliberação faz com que o comando constitucional insculpido no artigo 227 da Carta Magna passe a ser efetivamente observado no âmbito da Defensoria Pública de Minas Gerais e passa a nortear as escolhas institucionais”.

## Defensora pública palestra no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade

No dia 23 de junho, a defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e socioambientais (DPDH), proferiu palestra no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, unidade da Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais (Seap), localizada em Vespasiano.

A iniciativa dá cumprimento à prerrogativa constitucional e legal da Defensoria Pública Estadual nas demandas afetas ao Sistema Prisional, no que tange ao artigo 41 da Lei de Execuções Penais.

A defensora pública Rachel Passos explanou sobre educação em direitos e apresentou a médica mastologista e radiologista, Patrícia Large, que abordou a importância da prevenção ao câncer de mama.

Além das detentas, acompanharam a atividade as funcionárias e agentes da unidade prisional, além da diretora do presídio Eliane Paixão e a diretora de segurança Myriam Alves.

Após as palestras, foram distribuídas cartilhas de educação em direitos.



Enfermeira da unidade; diretora de segurança do Centro de Referência, Myriam Alves; diretora do presídio, Eliane Paixão; defensora pública Rachel Passos; e a médica palestrante, Patrícia Large



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

## Defensoria Pública ajuíza ação contra práticas abusivas do Banco Mercantil

A Defensoria Especializada do Consumidor ajuizou, no dia 23.06.2017, Ação Coletiva de Consumo contra o Banco Mercantil, em face de práticas reiteradas de renovações unilaterais de empréstimos consignados feitos por aposentados e pensionistas. A ação tem como coautores o Procon municipal e o Instituto Defesa Coletiva.

O coordenador da Defensoria Especializada do Consumidor, defensor público Daniel Firmato de Almeida Glória, acentua que, “após inúmeros ofícios e centenas de consumidores atendidos pela Especializada do Consumidor da Defensoria Pública de Minas Gerais nos últimos meses com este mesmo problema, não restou outro caminho a não ser o ajuizamento desta Ação Coletiva

de Consumo, visando impedir esta prática perpetrada pelo Banco Mercantil”. A ação contou com a participação das defensoras Ana Luíza Bracarense e Sabrina Lelo.

A ação visa proteger interesses e direitos dos consumidores que assinaram contrato de empréstimo consignado com o Banco Mercantil, posteriormente renegociado de forma automática, unilateral e sucessiva, sem autorização ou ciência prévia, trazendo prejuízos aos consumidores. Com este fim, a ação requer a suspensão da prática, considerada abusiva, das renovações unilaterais, mantendo o acordado no contrato original, além da repetição de indébito dos valores cobrados indevidamente, e pelos danos morais coletivos.

## Ação da DPMG no episódio do rompimento da barragem de Fundão é tema de palestra do coordenador da DPDH em curso na Defensoria Pública gaúcha

O coordenador da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, Aylton Rodrigues Magalhães, ministrou palestra no dia 23.07.2017, em Porto Alegre, no curso de atualização técnico-jurídica “Atuação da Defensoria na Gestão de Crises, Direito à Moradia e Pacificação Social”, promovido pelo Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (Nudeam), da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Aylton Rodrigues relatou a experiência da força-tarefa da Defensoria Pública de Minas Gerais no atendimento dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão,

em Mariana, dando ênfase à importância na atuação da Defensoria Pública como mobilizadora social.

O assunto foi abordado também pelo defensor público Rafael Mello Portella Campos, em atuação na Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, que relatou a experiência em relação à assistência jurídica aos moradores residentes nas localidades atingidas pela lama do Rio Doce, com a criação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce para levar informações e orientações em direitos aos cidadãos das comunidades prejudicadas.



O defensor público Aylton Rodrigues (primeira posição da direita para a esquerda)

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

## Defensora pública é entrevistada em reportagem por detentas da penitenciária feminina Estevão Pinto

A defensora pública Ana Paula Starling, em atuação na Vara de Execução Penal da Capital, foi entrevistada dia 22.06.2017, por detentas da Penitenciária Feminina Estevão Pinto, em reportagem para a 5ª edição da revista A Estrela. A revista é coordenada pela jornalista Natalia Martino e pelo fotógrafo Léo Drumond e oferece às detentas oficinas de texto, vídeo e fotografia.

O lançamento da revista será realizado no mês de julho, quando as reeducandas receberão o certificado de conclusão do curso. As atividades e produções do projeto serão objeto de exposição prevista para as cidades de São Paulo, Belo Horizonte e São João del-Rei.

Ana Paula Starling considerou a iniciativa “uma excelente oportunidade de capacitação para as mulheres privadas de liberdade, ressaltando a possibilidade de remição de pena oferecida pelos cursos oferecidos pelo sistema prisional aos detentos”. De acordo com Léo



Defensora pública Ana Paula Starling durante entrevista na oficina de vídeo, texto e fotografia

Drumond, “a defensora pública foi escolhida para a entrevista pelas próprias detentas, por questões de gênero e pelo vínculo que ela possui com as atendidas pela Defensoria Pública”.

## DPMG reúne-se com representantes de Nova Serrana

Dia 19.06.2017, a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Tífanie Avellar Carvalho, e a coordenadora do projeto “Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) – Paz em Ação”, Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, reuniram-se com o procurador-geral e o chefe de gabinete da Câmara Municipal de Nova Serrana, Marco Elias Faria Gontijo Melo e Elder Magela

dos Santos, respectivamente, além do representante da Secretaria de Educação do Município, Moacir Ferreira da Silva.

A expansão do projeto Mesc e a realização da Defensoria Pública Itinerante em Nova Serrana foram os principais assuntos tratados durante a reunião.



Encontro reuniu representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais e do município de Nova Serrana

## Defensor público ministra palestra no Encontro Mineiro de Estudantes de Direito

O assessor Institucional, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, ministrou palestra no dia 15.06.2017, primeiro dia do XXXII Encontro Mineiro de Estudantes de Direito, no auditório do Campus Coração Eucarístico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O defensor público abordou o tema “Inocência

no atual contexto de crise do Estado Democrático de Direito”.

O encontro, que terminou no dia 18.06, teve como tema a “Representatividade dos órgãos políticos e jurídicos: a análise de poderes na crise do Estado brasileiro”.

continua >>



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

**Defensor público ministra palestra no Encontro Mineiro de Estudantes de Direito**



**Público presente e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis, Campus Coração Eucarístico da PUC Minas**

## Audiência de Custódia é tema de palestra de defensor público em João Monlevade

O defensor público Rafael Vittorazze Azola, em atuação na comarca de João Monlevade, ministrou palestra sobre a implementação da audiência de custódia no país, dia 09.06.2017, na Faculdade de Direito da Rede DOCTUM – Unidade João Monlevade.

O projeto Audiência de Custódia permite que a pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, seja apresentada, em até 24

horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, para que seja ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão, ou apreensão.

Rafael Azola ressaltou que “a audiência de custódia possui previsão normativa em tratados internacionais assinados pelo Brasil, que visam a proteção dos Direitos Humanos, objetivando reduzir o encarceramento dos presos provisórios”.



**O defensor público Rafael Azola, na Faculdade de Direito da Rede DOCTUM, em João Monlevade**



## Defensor público apresenta artigo em encontro internacional do Conpedi

*O defensor público Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, em atuação na sétima Defensoria Pública de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível (Desits/Cível) participou, nos dias 23, 24 e 25 de maio, do VI Encontro Internacional do Conselho Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Direito (Conpedi).*

O encontro aconteceu nas cidades de San José, San Ramón e Heredia, na Costa Rica e foi realizado em parceria com a Universidad Nacional (UNA) e a Universidad de Costa Rica - Sede Occidente (UCR).

No encontro, Alfredo Emanuel Farias de Oliveira apresentou o artigo “O que é Defensoria Pública? Qual é a sua identidade? Concepções tangenciais da hermenêutica fenomenológica”. Em linhas gerais, o autor utiliza a fenomenologia para desvelar o sentido da Defensoria Pública a partir da legislação, bem como das funções exercidas, culminando na noção de contrapoder.

Para o defensor público a participação em eventos desta natureza é de grande importância na medida em que amplia o debate jurídico que passa a contar com a visão da Defensoria Pública, além do Ministério Público e Magistratura que sempre estão presentes. “A experiência internacional amplia a percepção da necessidade de intercâmbio maior entre todas as Defensorias Públicas das Américas”, completou.

Como o tema central do Encontro foi: Direitos Hu-

manos, Constitucionalismo e Democracia no mundo contemporâneo, vários palestrantes, em especial, da América Central, fizeram referências efusivas em relação à importância e necessidade do fortalecimento das Defensorias Públicas como condição primeira para a efetivação dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo e realização do Estado Democrático. Do evento restou a nítida visão de que a defensoria pública é a principal via de proteção e defesa intransigente dos direitos humanos na América.

Como parte das atividades do encontro, foram realizadas palestras no Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), com participação de Eugenio Raúl Zaffaroni, juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos e José Roberto Figueiredo Caldas, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Defensoria Pública da Costa Rica tem mais de 35 anos de existência e desenvolveu reconhecido programa de formação e capacitação profissional, inclusive com participação do jurista italiano, Luigi Ferrajoli.



O defensor público Alfredo Emanuel Farias de Oliveira apresentou o artigo “O que é Defensoria Pública? Qual é a sua identidade? Concepções tangenciais da hermenêutica fenomenológica” em um dos nove grupos de trabalho, do VI Encontro Internacional do Conpedi



O defensor público encontrou-se, ainda, com a defensora pública costarrriquenha, Yamura Valenciano Jiménez e o defensor público interamericano e coordenador nacional da Defensoria Pública da Costa Rica, José Arnoldo González Castro



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

## Defensoria Pública em Ribeirão das Neves envia recomendação para fim de revista vexatória nas unidades penitenciárias da comarca

A Defensoria Pública em Ribeirão das Neves, por meio dos defensores em atuação na área de Execução Penal, enviou, no dia 05 de junho, a Recomendação nº 01/2017, relativa à revista vexatória nas unidades prisionais da Parceria Público Privada e na Penitenciária José Maria Alckmin.

No documento a Defensoria Pública recomenda que cessem imediatamente a realização de revistas íntimas em familiares e visitantes de pessoas presas, providenciando os meios para instalar e operar os equipamentos – BodyScan –, necessários para que não mais ocorram revistas vexatórias, no prazo máximo de 60 dias.

Recomenda-se, ainda, que durante a conclusão da obra de instalação do BodyScan, as unidades da Parceria Público Privada e da Penitenciária José Maria Alckmin tenham-se da utilização de revistas invertidas, a serem realizadas nos presos após a visita, e não mais em seus familiares, respeitando a dignidade da pessoa humana.

O documento foi encaminhado à direção do Complexo Penitenciário da Parceria Público-Privada, para a direção da Penitenciária José Maria Alckmin e para a Subsecretaria de Atendimento Humanizado da Secretaria de Administração Prisional.

*Leia aqui a íntegra da Recomendação nº 01/2017*

## DPDH obtém liminar suspendendo notificação de despejo para famílias do Abrigo Granja de Freitas

A Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) obteve liminar nos autos da Ação Civil Pública de nº 5075083-32.2017-8.13.0024 para suspender notificação de despejo enviada pela prefeitura de Belo Horizonte a famílias que vivem no Abrigo Granja de Freitas.

A suspensão é válida até a oitiva do Município, quando a revisão poderá ser revista pela Justiça. Estas famílias estão instaladas no Abrigo em virtude do cumprimento de decisão de reintegração de posse da Justiça Federal, tendo por objeto imóvel da Santa Casa de Misericórdia que pertencia à Fundação Na-

vantino Alves.

Para o coordenador da DPHD, Aylton Rodrigues Magalhães, “o Município não pode fazer o despejo das famílias sem garantir o processo legal administrativo com a oitiva das pessoas”. A defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na DPHD, afirma que “Muitas famílias estão sendo notificadas porque a prefeitura apurou que elas viviam de favor ou de aluguel. Contudo, a sindicância deve ser revista, pois elas podem ter perdido o emprego ou rompido as relações com as famílias com quem viviam de favor”, destacou Cleide Nepomuceno.

### Defensoria Pública Itinerante

## Atendimento em São João Batista do Glória

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Passos, promoveu, no dia 24 de junho, a Defensoria Itinerante na cidade de São João Batista do Glória, da jurisdição da comarca de Passos. O atendimento foi realizado durante a ação social “Aldeia da Cidadania”, promovida pela Eletrobrás Furnas, em parceria com a Prefeitura do município.

Durante a iniciativa, foram realizados cerca de 30 atendimentos nas áreas de saúde, família, infância e juventude, criminal e execução penal, com a distribuição de cartilhas e orientação jurídica.

Para o coordenador da Defensoria Pública em Passos, Carlos Alberto Thomazelli Penha, a iniciativa foi muito positiva, “principalmente pelo fato de que a cidade vizinha de São João Batista do Glória possui gran-

de número de cidadãos carentes que puderem receber atendimento e orientação em direitos sem precisar se deslocarem até Passos”, completou.

Durante a iniciativa, foram realizados cerca de 30 atendimentos nas áreas de saúde, família, infância e juventude, criminal e execução penal, com a distribuição de cartilhas e orientação jurídica.

Para o coordenador da Defensoria Pública em Passos, Carlos Alberto Thomazelli Penha, a iniciativa foi muito positiva, “principalmente pelo fato de que a cidade vizinha de São João Batista do Glória possui grande número de cidadãos carentes que puderem receber atendimento e orientação em direitos sem precisar se deslocarem até Passos”, completou.

*continua >>*





DEFENSORIA PÚBLICA ITINERANTE | *Continuação*  
**Atendimento em São João Batista do Glória**



(esquerda) Defensores públicos Thiago Figueiredo, Adriana Correia Silva, Michela Ferreira Pinto e Ana Paula Lopes de Freitas, acompanhados dos servidores e estagiários da Defensoria Pública em Passos

## Eventos

### DPMG participa da abertura do PJe em Leopoldina

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela coordenadora Local em Leopoldina, Roberta Lima de Paula, na solenidade de abertura do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para magistrados, servidores e funcionários da comarca de Leopoldina, realizada no dia 27 de junho, no fórum local.

A juíza da Vara Criminal da Infância e Juventude, Elisa Eumenia Matos Machado; a defensora pública, Roberta Lima de Paula; e a promotora de Justiça, Lucia Helena Dantas da Costa



### Implantação do SEEU é concluída em Ipatinga e Unai

*Cerimônias que marcaram o término da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) nas comarcas de Ipatinga e Unai.*

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela coordenadora Regional Vale do Aço e Local em Ipatinga, Edileuza Fernandes Moraes, dia 13.06.2017, na cerimônia que marcou o término da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) em Ipatinga. O evento foi realizado no Fórum Doutora Valéria Vieira Alves, com a presença de várias autoridades.

Sistema que informatiza os processos de execução

penal, o SEEU elimina os autos físicos e automatiza tarefas como o cálculo da pena e a emissão de alertas para notificar que o sentenciado já tem direito a benefícios como comutação de pena, livramento condicional, indulto e progressão de regime. O controle do abatimento de dias da pena por meio de trabalho e estudo, por exemplo, fica mais preciso e ágil. É possível, além disso, gerar relatórios e analisar o acervo processual.

*continua >>*



EVENTOS | *Continuação***Implantação do SEEU é concluída em Ipatinga e Unai**

**Coordenadora da Regional Vale do Aço e Local em Ipatinga, Edileuza Fernandes Moraes, durante a cerimônia de encerramento da implantação do SEEU, em Ipatinga**

Durante a solenidade, o sistema foi apresentado aos presentes pelo juiz auxiliar da Presidência do TJMG Thiago Colnago, que afirmou ser o SEEU fundamental para efetivar direitos e deveres dos presos, assegurando que não haverá prisão por tempo superior ao definido em lei.

**Unai**

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador Local em Unai, Maikon André Oliveira Dias, no dia 22.06.2017, na cerimônia que marcou o término da

implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na Comarca, realizada no Fórum Professor Raimundo Cândido.

Unai é a sétima comarca a implantar o SEEU, que permite a movimentação simultânea de um processo de execução por juízes, servidores, advogados, promotores e defensores. O sistema foi apresentado pelo juiz auxiliar da Presidência, Thiago Colnago Cabral que afirmou ser o SEEU fundamental para efetivar direitos e deveres dos presos.

*Com informações do TJMG*

**DPMG participa da inauguração do Cejusc em Pirapora**

A coordenadora Local da Defensoria Pública em Pirapora, Vanêssa Rodrigues Melo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 21.06.2017, durante a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania (Cejusc) na comarca. Participou, também, o defensor público Jessé Luís Gaiotto de Moraes.

O evento foi realizado no salão do Tribunal do Júri do Fórum Doutor Euclides Gonçalves Mendonça e contou com a presença de magistrados, diversas autoridades e servidores do fórum. O centro concentrará a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, além de prestar serviço de atendimento e orientação ao cidadão.

**A defensora pública Vanêssa Melo (de pé, a segunda da esquerda para a direita)**





## Escola Superior

# Condege abre inscrições para apresentação de propostas de enunciados sobre o procedimento das ações possessórias

A Comissão Especial do Direito à Moradia e Questões Fundiárias do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege) lançou edital para apresentação de propostas de enunciados sobre o procedimento das ações possessórias pelos defensores públicos de todo o

país (Estados e União), a serem submetidos à aprovação da Comissão. O prazo para apresentação das propostas de enunciados será entre os dias 20 de junho e 18 de julho de 2017.

[Clique aqui para ler o edital.](#)

# I Seminário Nacional de Defensoria Pública e População em Situação de Rua

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) informa que será realizado o “I Seminário Nacional de Defensoria Pública e População em Situação de Rua”. A iniciativa acontece nos dias 06 e 07 de julho, no Rio de Janeiro. A iniciativa é promovida pela Defensoria Pública da União em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Na programação, palestra com a defensora pública

mineira Júnia Roman Carvalho, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, sobre atendimentos voltados à população em situação de rua e a garantia do acesso à Justiça.

Para participar, é necessário confirmar a presença pelo email: [eventosdpu.rj@dpu.def.br](mailto:eventosdpu.rj@dpu.def.br)

[Clique aqui para ver o cartaz do seminário.](#)

[Clique aqui para ver a programação completa.](#)

## Projeto "Sala de Espera – Oficinas de Cidadania"

# “Sala de Espera” fala sobre convivência entre pais separados e filhos

Em uma abordagem jurídica e psicossocial, “Os desafios da convivência entre pais separados e filhos” foi o tema da edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” do dia 22.06.2017. O bate-papo com os assistidos que aguardavam atendimento na sede I da Defensoria Pública na Capital foi conduzido pela defensora pública e coordenadora do projeto, Eliane Medeiros, e pelas servidoras da DPMG, coordenadora do Núcleo Psicossocial, psicóloga Luciana Raquel Azevedo Gama, e a assistente social Milian Ribeiro Scos.

Eliane Medeiros ressaltou a importância de os pais, ao se separarem, evitarem expor os filhos aos problemas do casal, buscando amenizar ao máximo o sofrimento daqueles.

A defensora pública explanou sobre três institutos do direito de família: guarda compartilhada, regulari-

zação de visitas e alienação parental.

A importância de separar sentimento e razão foi abordada pela psicóloga Luciana Raquel Azevedo Gama. “A separação é um momento dolorido, que pode trazer mágoa, raiva, tristeza e frustração. E, muitas vezes, a pessoa magoada transmite sua raiva contra o ex-companheiro para o filho”. A psicóloga enfatizou que é preciso pensar no filho, que já tem uma carga de sofrimento decorrente da separação dos pais.

A assistente social Milian Ribeiro Scos abordou a repercussão da separação dos genitores na vida da criança. “É necessário parar para pensar o que a criança e o adolescente estão vivendo. Suas principais referências são os pais e, se a relação não deu certo, não significa que serão maus pais”.

*continua >>*



PROJETO "SALA DE ESPERA – OFICINAS DE CIDADANIA" | *Continuação*

**"Sala de Espera" fala sobre convivência entre pais separados e filhos**



**Defensora pública Eliane Medeiros, psicóloga Luciana Raquel Azevedo Gama e a assistente social Milian Ribeiro Scos: "a criança e o adolescente devem ser preservados"**

Ao mencionar estudos sobre as consequências da alienação parental, Milian Ribeiro citou: distúrbios psicológicos, depressão, ansiedade, síndrome do pânico, propensão ao uso de álcool e drogas, problemas escolares, prejuízo à convivência com amigos, baixa autoestima, suicídio, dificuldades de relacionamento, entre outras. A assistente social ressaltou a importância da maturidade, do diálogo e do olhar sensível para a criança e o adolescente.

**Reflexão sobre proatividade**

No 27.06.2017, a defensora pública e assessora Institucional da Defensoria Pública-Geral, Diana de

Lima Prata Camargos, apresentou o conto "O homem sem sorte" durante mais uma edição do Projeto "Sala de Espera – Oficinas de Cidadania".

Após contar a história de um homem que, acreditando-se sem sorte, não conseguia enxergar as oportunidades, nem valorizar as boas coisas da sua vida, a defensora pública propôs uma reflexão e um incentivo à proatividade. "É mais fácil atribuir a terceiros o sucesso ou insucesso de nossa vida, porém, é preciso assumir as rédeas da vida, ser proativo e colaborar para ter sorte e felicidade", salientou Diana Camargos.

**Defensora pública Diana de Lima Prata Camargos, No "Sala de Espera": incentivo à proatividade**



## DPMG NA MÍDIA

## Reportagem da TV Record Minas fala sobre recolhimento compulsório de filho de mães dependentes de drogas e outras vulnerabilidades

O programa *MG no AR*, da TV Record Minas, veiculou, no dia 14 de junho, matéria sobre recolhimento compulsório de filhos de mães dependentes de drogas e outras vulnerabilidades.

Na reportagem, entrevista com a defensora pública em atuação na Defensoria Especializada na Infância e Juventude Cível da Capital, Daniele Belletato, sobre as ações que a DPMG tem realizado para enfrentar esta situação.

[Clique aqui para ver a matéria.](#)



## Defensora pública participa do *Jornal Minas*

A defensora pública Eden Mattar, coordenadora do Atendimento Inicial da Capital, participou do quadro Direito do Cidadão, no *Jornal Minas*, da Rede Minas de Televisão. A participação aconteceu no dia 13 de junho.

Na entrevista, a defensora pública falou sobre o direito à assistência jurídica gratuita, para quem não pode pagar um advogado e sobre questões relacionadas à área de Famílias.

[Clique aqui para assistir a reportagem.](#)



## Homenagens

# Defensora-geral é condecorada com a medalha do mérito “Tenente-Coronel João Batista de Assis”

*A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu a medalha do mérito “Tenente-Coronel João Batista de Assis”, no grau Ouro, oferecida pela União dos Militares do Estado de Minas Gerais.*

A homenagem foi realizada no dia 26.06.2017, na solenidade comemorativa do Dia do Bombeiro Militar da Reserva e Reformado, que abre as comemorações da Semana do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

A defensora pública-geral foi acompanhada pelo assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares.

Na solenidade, presidida pelo cel. PM Zeder Gon-

çalves do Patrocínio, presidente da UMMG, outras 52 autoridades civis e militares foram agraciadas nos graus ouro, prata e bronze da medalha.

Instituída em 2007, a medalha Tenente-coronel “João Batista de Assis” é outorgada a personalidades e instituições que tenham prestado relevantes serviços ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e à União

*continua >>*

PROJETO "SALA DE ESPERA – OFICINAS DE CIDADANIA" | *Continuação*

**Defensora-geral é condecorada com a medalha do mérito “Tenente-Coronel João Batista de Assis”**



A defensora pública-geral recebeu a medalha do presidente da UMMG, cel. Zeder Gonçalves Batista

dos Militares de Minas Gerais.

A medalha é uma homenagem ao tenente-coronel João Batista de Assis, falecido em 1961, em consequência dos ferimentos sofridos durante a ação de combate ao incêndio no Edifício Maletta, na rua da Bahia, em

Defensora pública-geral, Christiane Malard, acompanhada do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro e do presidente da ALMG, Adalclever Lopes, também homenageados com a medalha



Dispositivo de autoridades

HOMENAGENS | *Continuação*

## DPG é homenageada pela Academia de Letras

Dia 17.06.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, na cerimônia de outorga da Comenda Carlos Drummond de Andrade, concedida à DPG pela Academia de Letras, Artes e Cultura do Brasil – ALB/ Seção Minas Gerais.

A homenagem é concedida em reconhecimento àqueles que, por meio de seus atos meritórios, sociais, literários, cívicos e culturais, com louvor e ousadia, avançam em busca dos mais elevados ideais.



Assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro (1ª posição, à direita), compõe a mesa de honra do evento



Roberta de Mesquita, acompanhada pelo presidente da Academia, Helbert Pitorra. A assessora recebeu a homenagem pela defensora-geral, Christiane Malard

## Coordenadora Local em Ubá é agraciada com o troféu "Sentinela da Zona da Mata"

No dia 19 de junho, a coordenadora Local em Ubá, defensora pública Paula Avila Dantas Brunner, foi agraciada com o troféu "Sentinela da Zona da Mata", durante solenidade comemorativa aos 242 anos da Polícia Militar de Minas Gerais.

O troféu "Sentinela da Zona da Mata" foi idealizado com o objetivo de homenagear e distinguir as personalidades civis e militares da ativa e reserva ativa que se destacaram fazendo a diferença, pelo esforço e dedicação à sociedade e a causa pública, sobretudo à Polícia Militar.

A coordenadora Local em Ubá, defensora pública Paula Avila Dantas Brunner, recebeu o troféu "Sentinela da Zona da Mata" das mãos do comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, ten. cel. PM Lúcio Mauro Campos Silva



## Visitas ao Gabinete

### Deputado Isauro Calais faz visita de cortesia à defensora-geral

No dia 27.06.2017, a defensora pública-geral, Christiane Malard, acompanhada pelo assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares, recebeu o deputado estadual

Isauro Calais no Gabinete da Defensoria-Geral. O deputado esteve na DPMG para prestigiar a solenidade de lançamento da Revista .def



Defensora pública-geral, Christiane Malard, entre o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares, e o deputado estadual Isauro Calais

### Defensoria-geral recebe defensores públicos da Regional Triângulo II

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu o coordenador da regional Triângulo II, Evaldo Gonçalves da Cunha e do coordenador local da Defensoria Pública em Uberlândia, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa. O encontro aconteceu no dia 27.06.2017, no gabinete da Defensoria Geral. Presentes, ainda, o subdefen-

sor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e os assessores Maria Valéria Valle da Silveira e Rafael de Freitas Cunha Lins, de Planejamento e Infraestrutura, e Gério Patrocínio Soares, Institucional. O encontro foi realizado para discutir assuntos institucionais, relacionados à regional Triângulo II e à comarca de Uberlândia.



Assessores de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira e Rafael de Freitas Cunha Lins; coordenador local da Defensoria Pública em Uberlândia, Clayton Barbosa; defensora pública-geral, Christiane Malard; subdefensor público-geral, Wagner Ramalho; coordenador regional Evaldo da Cunha e assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares

### Defensora pública visita o gabinete da Defensoria-Geral

A defensora pública Fernanda de Souza Saraiva, em atuação na Defensoria Pública em Ponte Nova, visitou o gabinete da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 27.06.2017.

Fernanda Saraiva encontra-se em Belo Horizonte onde participou de reunião do Grupo Interdefensorial do Rio Doce (GIRD).



## Convites

**MUTIRÃO**  
para propositura de ações de retificação de nome para pessoas Transexuais e Travestis

Inscrições até **21/07/2017**

**Local: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**  
Rua Guajajaras, 1.707, 6º andar, sala 602, Barro Preto, Belo Horizonte - MG

**Horário: 9h às 16h**

**Documentação necessária:**

- ♀ Documento de identidade
- ♀ CPF
- ♀ Certidão de Nascimento
- ♀ Comprovante de endereço

**Data do Mutirão: 26/07/2017**

**Informações: (31) 3526-0405**  
**(31) 3526-0406**

Realização:



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Sede I – Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG  
[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)